

A INCLUSÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES: UM OLHAR HABERMASIANO SOBRE A RELAÇÃO SISTEMA E MUNDO DA VIDA

The inclusion of environmental sustainability in organizations: an habermasian look at the relationship system and life-world

José Rodolfo Tenório Lima¹
Clóvis Ricardo Montenegro de Lima²

Resumo

A sustentabilidade ambiental dos processos produtivos, hoje presente nas organizações, nem sempre teve o papel de destaque ou preocupação. O processo de internalização da sustentabilidade ambiental se desenvolve, principalmente, como forma de resposta às modificações do ambiente (político, social e mercadológico) em que as organizações estão inseridas. Partindo desta premissa propomos uma leitura desse movimento com base na perspectiva da relação Sistema X Mundo da Vida. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações. A construção ensaística utiliza, inicialmente, a perspectiva teórica de Jurgen Habermas e suas críticas ao sistemismo luhmanniano. Discute-se, também, as limitações dos sistemas organizacionais, que possuem a racionalidade econômica como principal mecanismo decisório, o que gera profundos problemas para o ambiente natural. A partir dos problemas gerados pelos sistemas, cria-se o que denominamos de Esfera Pública Ambiental, ou seja, o lugar onde se discute e torna-se públicos os problemas vivenciados por diversos atores. Tais discussões geram modificações para diversos atores sociais e suas organizações. Por fim, verificamos que a saída das organizações para essas novas demandas pode ser denominada de administração da sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: mundo da vida, racionalidade econômica, esfera pública ambiental, sustentabilidade ambiental empresarial.

Abstract

The environmental sustainability of productive processes, now present in organizations, has not always played a role of prominence or concern. The process of internalizing environmental sustainability is mainly developed as a response to changes in the environment (political, social and marketing) in which organizations are inserted. Starting from this premise we propose a reading of this movement from the perspective of the relation System X Life-World. A bibliographical research was carried out in books, articles, theses and dissertations. The essayist construction uses, initially, the theoretical perspective of Jurgen Habermas and its critics to the Luhmanianan systemism. It also discusses the limitations of

¹ Possui Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Graduação em Administração pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil. Docente do curso de Administração Pública na Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil. E-mail: jrtlima@gmail.com

² Possui Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil e doutorado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, FGV-EAESP, Brasil. Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil e mestrado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, FGV-EAESP, Brasil. Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Pesquisador Adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). E-mail: clovismlima@gmail.com

organizational systems, which have economic rationality as the main decision making mechanism, which creates deep problems for the natural environment. From the problems generated by the systems, we create what we call the Environmental Public Sphere, that is, the place where the problems experienced by different actors are discussed and made public. Such discussions generate changes for various social actors and their organizations. Finally, we verify that the solution to these new demands may be denominated the administration of environmental sustainability.

Keywords: life-world, economic rationality, environmental public sphere, environmental corporate sustainability.

A discussão sobre a relação entre sociedade e meio ambiente não é recente. Os grandes debates iniciaram mais fortemente a partir da década de 1970, quando a dimensão econômica passa a fazer parte do discurso. Nesse caminho até os dias atuais muitas modificações ocorreram.

Podemos destacar alterações que ocorreram no campo político, por meio das legislações e a criação de órgãos reguladores e partidos políticos, como o partido Verde. Houve também mudanças no mercado, como criação do mercado de carbono, criação de selos verdes, a norma ISO 14000 e barreiras verdes.

As organizações empresariais, por sua vez, também sofreram alterações, principalmente como forma de se adaptar às novas demandas do mercado, assim como as exigências legais impostas pelo Estado (Análise Editorial, 2013; Berardi & Brito, 2013; Lauriano, Bueno, & Spitzack, 2014; Lima & Lima, 2015; Lima, 2016).

Outro fato de destaque é que, em seu início, as questões ambientais dentro do ambiente empresarial, principalmente no segmento industrial, foram encaradas como custos. Entretanto, tais percepções foram alteradas e o que era custo passou a ser percebido como uma forma de obter vantagens econômicas (Porter & Linde, 1995; Lima, Cunha, & Lira, 2010).

A partir dessas evidências podemos verificar que a questão ambiental vem fazendo parte das discussões envolvendo as organizações empresariais. Diante desta perspectiva, a proposta do presente trabalho é verificar, por meio de ensaio teórico, como esse acontecimento se desenvolveu.

Para que possamos desenvolver a análise desse acontecimento, o trabalho está dividido em cinco partes. A primeira busca apresentar os delineamentos metodológicos utilizados para a construção do ensaio.

A parte seguinte visa discutir as críticas que Jurgen Habermas faz ao funcionalismo sistêmico dos sistemas sociais. Ainda nesta parte, tem-se o desenvolvimento do conceito de esfera pública como forma de exposição dos problemas vivenciados nas esferas privadas dos atores sociais.

No terceiro momento do texto discute-se a racionalidade econômica do sistema capitalista de produção e os problemas advindos de sua “irracionalidade”. Neste momento opta-se por uma discussão sobre as limitações perceptivas que os sistemas (econômico e organizacional) possuem para perceber os efeitos negativos que seu modo de produção acaba por gerar no seu entorno.

A quarta parte discute o que foi denominado de “Esfera Pública Ambiental”. Esta formação de esfera pública é percebida como o local onde os problemas ambientais são discutidos, problematizados e, conseqüentemente, tornam-se públicos. A criação desse ambiente acaba por gerar novas demandas para os sistemas: político, mercado e organizações. Tais sistemas devem se adaptar frente às novas realidades.

A quinta parte apresenta a saída encontrada pelas organizações para dar resposta às novas demandas provenientes da Esfera Pública Ambiental. Neste momento, surge o que é denominado de Administração da Sustentabilidade Ambiental.

Por fim, encerra-se o trabalho com as considerações finais sobre a discussão proposta e deixa-se perspectivas para investigações futuras.

Delineamento Metodológico

O presente texto se caracteriza como um ensaio teórico, tendo em vista que busca gerar uma reflexão sobre o processo de introdução da sustentabilidade ambiental no ambiente organizacional.

Menegethi (2011) destaca que a “força” de um ensaio está na sua capacidade reflexiva sobre uma determinada realidade. Diante disso busca-se lançar um novo olhar para uma questão que já vem sendo debatida. Busca-se desenvolver essa nova visão a partir das discussões teóricas de Jurgen Habermas.

Para a construção do presente ensaio tem-se a realização de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa se baseia em alguns trabalhos de referência de Jurgen Habermas (1987, 1992, 1997, 2004, 2015). Nessas obras busca-se alguns conceitos-chave de sua construção teórica, como a relação Sistema X Mundo da vida, Esfera Pública, Patologias Sociais e as Críticas ao Funcionalismo Sistêmico.

Além da utilização dos textos acima apontados, a pesquisa bibliográfica se desenvolveu por meio de consultas a obras de referências nas linhas ecomarxista, economia ecológica e economia ambiental.

Por fim houve a captação de textos presentes na listagem de periódicos da Capes com classificação A1, A2, B1, B2 e B3 para a área de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo, anais de eventos científicos promovidos pela ANPAD e teses e dissertações cadastradas no banco da Capes. As buscas ocorreram tendo as seguintes palavras-chave como referência: “gestão ambiental”, “gestão ambiental e mudança organizacional”, “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade ambiental”.

A seguir apresentam-se as discussões propostas no presente ensaio, buscando analisar o processo de internalização da sustentabilidade ambiental nas organizações.

Críticas de Habermas às Limitações Perceptivas dos Sistemas: A Relação Sistema X Mundo da Vida

Habermas (1992), em sua crítica à razão funcionalista, destaca o conceito de mundo da vida. Para o autor, mundo da vida pode ser entendido como o lugar onde as

“intersubjetividades” são compartilhadas. Intersubjetividade é compreendida como um entendimento mútuo da sociedade, ou o conceito que ele utiliza de Durkheim de “consciência coletiva”.

O mundo da vida, por possuir esse compartilhamento de subjetividades, é plural e este fato o aproxima da realidade complexa vivida na sociedade. Tal fato deriva do compartilhamento de subjetividades que há nele. Essa pluralidade possibilitava uma maior compreensão dos fatos que ocorriam no mundo, pois os entendimentos privados eram compartilhados. Esse fato era evidenciado nas sociedades tidas como arcaicas.

A concepção de mundo da vida, de acordo com Habermas (1992), é complementar à “ação comunicativa”. Esse fato ocorre tendo em vista que a ação comunicativa tem como base o processo cooperativo de interpretação, em que os participantes se referem simultaneamente aos mundos objetivo, social e subjetivo de uma forma que há um entendimento compartilhado.

Essa forma de interação possibilita uma maior aproximação do mundo complexo, tendo em vista que sempre emergem fatos novos do mundo da vida, e seus participantes, por compartilharem conjuntamente um entendimento, absorvem esse fato mais facilmente. Esse fato é percebido no momento em que Habermas (1992) destaca:

La interpretación de la situación se basa en el acervo de saber del que un actor ya dispone siempre en su mundo da vida: el acervo de saber próprio del mundo de la vida está referido de múltiples modos a la situación experiencia del sujeto (p. 182).

Todavia, com o desenvolvimento da sociedade ocidental e do capitalismo, criou-se um processo de diferenciação social. Essa diferenciação refletiu na criação de sistemas funcionalmente diferenciados. Tal fato origina uma nova formação social em que há sistema/mundo da vida. Nessa reformulação, o mundo da vida deixa de ser o local das totalidades e passa a ser o entorno de um sistema (Habermas, 1992).

Essa mudança tem como fator a modificação nos processos comunicativos que integravam os sujeitos no mundo da vida. Pois, ao invés de haver o compartilhamento da intersubjetividade, passa-se a operar a comunicação com codificadores, visando reduzir a complexidade do mundo da vida. Isso promove o que Habermas chama de desacoplamento sistema/mundo da vida.

Entretanto, essa ruptura desencadeia inúmeros problemas ou, como Habermas destaca, “patologias sociais”. Esse fato decore da tentativa de fragmentação do mundo da vida em sistemas que tentam representar uma parte específica do próprio mundo. Ao tentar fragmentar, no entanto, tem-se um distanciamento da realidade e isso possibilita a ocorrência de patologias, como os problemas ambientais.

Uma forma de compreender essa nova estruturação social pode ser alcançada por meio da teoria de sistemas sociais de Niklas Luhmann. Em sua proposta, Luhmann interpreta a sociedade sendo composta de sistemas, que são autorreferentes, autopoieticos e operacionalmente fechados (Luhmann, 2007).

Outro ponto estabelecido pela teoria de sistemas de Luhmann é que os sistemas apenas interagem de forma seletiva, ou seja, apenas processam informação que fazem parte do seu “sentido” e de acordo com a sua própria interpretação (Luhmann, 2007).

Habermas faz críticas ao sistemismo luhmanniano, tendo em vista a insensibilidade que ele aponta para a realidade existente no mundo da vida. De acordo com Habermas (1992), há um desacoplamento entre sistema e mundo da vida, onde desencadeiam-se em incapacidades para os sistemas em entender os acontecimentos ocorridos no mundo da vida, ou seja, no ambiente externo ao próprio sistema. Tal fato acaba por reduzir as formas de integração social, pois a integração passa a ser mediada por sistemas e não mais por pessoas com as suas intersubjetividades.

Tais concepções são espaços para a crítica de Habermas, pois essa forma de atuação é limitadora, visto que a seletividade dos sistemas faz criar um distanciamento da realidade complexa, causando problemas como os danos ambientais, como também cria a complexidade que Luhmann se refere no processo de seletividade.

A incapacidade dos sistemas, que deriva da sua forma de interação entre o sistema e o seu ambiente, resulta numa forma “codificada” de interação, pois a linguagem comum, contida no compartilhamento intersubjetivo do mundo da vida, é substituída pelos mecanismos codificadores de interação, os “códigos binários”. Esse fato repercute numa insensibilidade para perceber os efeitos que suas ações causam em outros sistemas.

De acordo com Habermas (1997): “O entendimento fora de códigos específicos passa a ser tido como coisa ultrapassada. Isso equivale a afirmar que cada sistema perde a sensibilidade em relação aos custos que inflige a outros sistemas” (p. 74).

A incapacidade de perceber os custos é importante para entendermos a problemática ambiental que aflige a sociedade no século XX. O mundo da vida orgânico ou natural, onde se encontram os recursos naturais, passa a ser degradado, tendo em vista tais fatos não serem passíveis de codificação pelos sistemas.

Todavia, Habermas (1992) destaca que movimentos de contestação desses custos surgem como forma de combater o que ele chama de “colonização do mundo da vida”. Ele destaca vários movimentos sociais, como o movimento feminista, movimento antinuclear, movimento pacifista, entre outros. Esses movimentos são expressões das disfunções causadas pelo desacoplamento e, conseqüentemente, a insensibilidade dos sistemas de perceber os prejuízos que causam para os outros sistemas ou mesmo a sociedade.

Habermas (1992) dá ênfase ao movimento “verde” para contestar os problemas vividos pela sociedade moderna. E destaca que essa contestação é resultado dos problemas derivados

dos danos causados pelo industrialismo, que pode ser entendido como um sistema incapacitado de perceber os danos que gera a outros sistemas, como o ambiente natural.

Entretanto, os movimentos de contestação influenciam os sistemas por meio das discussões realizadas na esfera pública. Tal local, esfera pública, é o ambiente onde reestruturam-se as intersubjetividades perdidas pela introdução codificadora dos sistemas.

Habermas (1997) define esfera pública da seguinte forma:

.... pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (p. 92).

De acordo com Lubenow (2007), tendo como base a própria revisão elaborada por Habermas, a esfera pública “.... é uma estrutura comunicativa que elabora temas, questões e problemas relevantes que emergem da esfera privada e das esferas informais da sociedade civil e os encaminha para tratamento formal no centro político” (p. 112).

A discussão oriunda da esfera pública faz considerar um fato importante, ou seja, a opinião, que emerge com o processo discursivo e passa a mediar o poder público, fazendo tornar pública vontades até então contidas em uma esfera privada (intimidade).

Um fato que podemos notar da temática envolvendo esfera pública é que os anseios existentes na esfera privada (intimidade) são levados ao debate público por meio da esfera pública, onde o processo de discussão gera problematização sobre temas até então não discutidos ou não “percebidos” pelos códigos dos sistemas.

A esfera pública, além de problematizar, possibilita gerar entendimento, por parte dos participantes, da temática discutida. A esfera pública constitui principalmente uma estrutura

comunicacional do agir orientada pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo (Habermas, 1997).

A esfera pública serve como um ambiente onde as demandas da esfera íntima ou privada são colocadas para o debate público. Esse fato permite identificar como a questão dos problemas ambientais, sentidos pela esfera íntima dos atores afetados, passam a ser debatidas publicamente, dando início à crítica à racionalidade econômica, desencadeando a busca por alternativas, como a ideia da sustentabilidade.

Porém, cabe destacarmos que a esfera pública permite uma maior aproximação com a realidade complexa do mundo da vida, tendo em vista que ela é formada pela pluralidade, ou seja, por entes heterogêneos. Essa heterogeneidade possibilita discutir e problematizar temas que os sistemas, fechados em si, não conseguem absorver. Por isso, a esfera pública, muitas vezes, funciona como “detector” e local para a denúncia de problemas (Habermas, 1997).

A maior sensibilidade aos “problemas” contida na esfera pública ocorre pelo fato de que ela está ligada à vida privada. A sociedade civil, ao sofrer diretamente com tais “efeitos negativos”, consegue captá-los e identificá-los antes que os sistemas. Esse fato é evidente quando discutimos os problemas ambientais, pois foi a partir da discussão pública do tema que uma nova concepção de interação foi proposta. A seguir uma passagem de Habermas (1997) que corrobora esse entendimento:

.... pensemos nas ameaças ecológicas que colocam em risco o equilíbrio da natureza (morte das florestas, poluição da água, desaparecimento de espécies, etc.). ... Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a iniciativa de levantar esses problemas. Quem os lança são intelectuais, pessoas envolvidas, profissionais radicais, ‘advogados’, autoproclamados, etc. Partindo dessa periferia, os temas dão entrada em revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos profissionais, universidade, etc. (p. 115).

Essa sensibilidade proporcionada pela esfera pública possibilita ampliar os campos discursivos, chegando ao Estado, ou seja, à esfera pública política. A partir das discussões geradas na esfera pública política, tem-se espaço para iniciar o que Habermas (2004) denomina de “política deliberativa”.

Segundo o Habermas (2004), a deliberação é uma “atitude voltada para a cooperação social. ... O meio deliberativo é uma troca bem-intencionada de visões – incluindo os relatos dos participantes sobre a sua própria compreensão de seus respectivos interesses vitais” (p. 283).

Por meio das deliberações, o campo político aproxima-se das realidades vividas pelos atores que participaram da discussão e, como resultado, as ações do Estado passam a ser mais interligadas na realidade complexa do mundo da vida.

Tais fatos, ou entendimento, criados nas esferas públicas reverberam em solicitações de alteração nos sistemas (Estado e as organizações) que fazem parte do sistema social.

A problemática ambiental acaba por criar sua própria esfera pública. Esta esfera pública que tematiza as questões ambientais é denominada de Esfera Pública Ambiental.

Antes de mostrarmos a esfera pública ambiental como forma de expressar os problemas que os sistemas não conseguem interpretar, cabe destacar um dos principais pontos que influenciam nessa problemática. O fato a ser discutido é a racionalidade econômica, que é a forma pela qual as organizações estabelecem seu codificador para interagir com o meio externo.

A Racionalidade Econômica do Sistema Capitalista de Produção: Suas Limitações e Consequências para o Meio Ambiente

A partir do desenvolvimento do capitalismo, a racionalidade econômica ganhou força e se desenvolveu como ordenadora das ações humanas. Houve um processo de mudança em

que os valores são subvertidos pelo cálculo econômico e as ações humanas passam a ser mediadas instrumentalmente.

A racionalidade econômica, com efeito, jamais, pôde expressar-se plenamente antes do capitalismo: ela só existia, anteriormente, como enclave, presa, vilipendiada no grande comércio e na usura. A contabilidade era errática e aleatória, o cálculo uma arte misteriosa, a busca do lucro um pecado, a concorrência um delito A racionalidade econômica só pode começar a expressar-se à medida que a desintegração da ordem tradicional permitia-lhe libertar-se das limitações externas e das autolimitações impostas pelos costumes e pelos mandamentos religiosos (Gorz, 2007, p. 123).

Habermas (1987), utilizando-se do trabalho de Max Weber, destaca que houve um processo de “desencantamento”, ou mudança das interações sociais no ocidente. Essa mudança alterou o processo de interação entre as pessoas, em que os “valores” não mais mediam as interações; o que serve de base são outras duas fontes codificadoras,: o dinheiro e o poder. Essas modificações são reflexos do projeto de Modernidade, que prioriza a razão como “libertadora” para as ações humanas.

O projeto de Modernidade que o pensamento iluminista buscou desenvolver na sociedade a partir do século XVIII tinha como fundamento uma ruptura com o passado das "Trevas", uma “dessacralização” do conhecimento, e que o homem, por meio da razão, iria se libertar. De acordo com Harvey (2002), tinha o objetivo de promover "a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder ..." (p. 23).

A partir deste projeto - a "razão iluminista" ordenando as ações do homem -, tiveram início grandes transformações que mudaram a humanidade. Entre as mudanças destaca-se a ascensão do mercado (capitalista) como novo ordenador das relações humanas (Hobsbawm, 2014).

Essas modificações possibilitaram que o sistema capitalista crescesse, tendo como base a racionalização econômica. Ou seja, a razão proveniente do cálculo econômico passa a ordenar as formas de interação e ação humana. Diante deste fato, novas formas de relacionamento emergem e uma dessas se dá entre o homem e a natureza.

Polanyi (2012) chama a atenção para o fato de que a natureza ou a "terra" é distanciada do homem, tornando-se apenas um meio para que seu modo de produção seja desenvolvido. Esse distanciamento acaba por modificar o processo interativo entre a economia (representada pelo sistema produtivo) e o sistema ambiental (natureza).

Todavia, o que explica essa degradação do ambiente natural é a lógica que a racionalidade econômica impõe, que desconsidera variáveis externas ao seu ambiente. Sachs (1986) destaca que o sistema capitalista busca sempre internalizar os lucros, ou seja, os bens provenientes do capital, e “externalizar”, sempre que possível, os prejuízos, que podem ser interpretados não apenas como econômicos, mas também a poluição e redução dos bens ambientais.

Luhmann (1989) aponta que o sistema econômico passa a se preocupar com os problemas ecológicos no momento em que tem as suas bases de reprodução comprometidas, pelos danos causados, ou quando identifica novas oportunidades de lucratividade. O autor destaca:

The key to the ecological problem, as far as the economy is concerned, resides in the language of price. This language filters in advance everything that occurs in the economy when prices change or do not change. The economy cannot react to disturbances that are not expressed in this language (Luhmann, 1989, p. 62).

Podemos interpretar esse fato conforme as críticas habermasianas à teoria de sistemas, pois o autofechamento acaba por desenvolver uma “insensibilidade” dos sistemas para interpretar seus efeitos em outros sistemas, como o ambiente natural.

Leff (2000) destaca que a base da racionalidade econômica tem como fundamento a “razão cartesiana”, ou seja, uma visão parcelada da complexidade do mundo da vida. Esse parcelamento acaba por não considerar ou “contabilizar” os “efeitos negativos” (degradação da qualidade ambiental e esgotamento dos recursos naturais) que esta forma de racionalidade impõe no seu desenvolvimento.

Lipietz (1991) destaca que a produção atual se desenvolve de uma forma que “.... saturou o ecossistema e encurtou prodigiosamente o tempo disponível para a adaptação aos desajustamentos ...” (p. 81). Ou seja, o padrão de funcionamento do sistema produtivo acaba por interferir negativamente no sistema ambiental e com isso interrompe a autoeco-organização, aumentando, conseqüentemente, o grau de degradação do sistema ambiental, levando-o ao processo de entropia.

Ao interferir de forma a aumentar a entropia do sistema ambiental, o sistema capitalista compromete sua própria sobrevivência. Isto se deve ao fato de que a interferência na *resiliência* do sistema ambiental acaba por influenciar negativamente o próprio sistema produtivo, que perde ou tem reduzida sua fonte de *inputs*.

Montibeller-Filho (2008), destaca, sob a perspectiva do ecomarxismo, que o sistema capitalista no afã de produzir mais e a menores custos, é levado a explorar de forma degenerativa suas fontes de lucro, solapando, com o tempo, as bases de sua própria sustentação” (p. 191).

O’connor (1991) destaca, por sua vez, essa tendência à autodestruição do sistema capitalista como a “Segunda Contradição do Capitalismo”. A mesma é apontada como fruto da redução das bases de reprodução da produção, tendo em vista que as fontes para a reprodução são reduzidas por meio das externalidades negativas oriundas da própria atividade produtiva.

Essas evidências mostram o desacoplamento e a falta de percepção de que o processo codificado de interação entre os sistemas, principalmente o econômico, põe em risco a sua própria atividade.

Para entendermos a relação do aumento da entropia do sistema econômico, temos como base o pensamento de Georgescu-Roegen (1971) sobre a entropia dos processos econômicos. Segundo o autor, o desenvolvimento do sistema produtivo, ao não considerar as formas de relacionamento com o sistema ambiental, acaba por gerar uma alta entropia. Entretanto, esse fato acaba por gerar um caminho de desintegração (perda de matéria-prima e energia) para o próprio sistema capitalista, comprometendo desta forma sua reprodução.

Contudo, o problema não se restringe apenas ao sistema produtivo no qual ele é desenvolvido, outros sistemas acabam sendo afetados. O sistema social acaba sendo interferido no momento em que reduz a qualidade de vida das sociedades.

Diante desse fato, evidencia-se a necessidade de discutir essa relação entrópica que o sistema capitalista, por meio do seu conceito de produtividade, acaba gerando para a degradação do sistema econômico e social.

Gorz (2007) destaca: “Não designar limites ao jogo da racionalidade econômica (e da concorrência e das leis do mercado que dela decorrem) é, com efeito, caminhar em direção à desintegração completa da sociedade e à destruição irreversível da biosfera” (p. 129).

Por sua vez, Leff (2000), enfatiza tal situação e descreve: “... a crise ambiental questiona os paradigmas da economia para internalizar as externalidades socioambientais geradas pela racionalidade econômica dominante dentro de suas análises conceituais e nos seus instrumentos de cálculo e avaliação” (p. 175).

Essa percepção, de que o modelo capitalista e a razão iluminista até então adotados não geraram os benefícios esperados, como também agravaram inúmeros problemas pelos quais foram propostos a resolver, foi denominada por Habermas (2015) de “esgotamento das

energias utópicas”. A sociedade passou não só a sofrer com os problemas oriundos da perda de qualidade ambiental, mas também passou a contestar tal situação.

A partir desta contestação de que a sociedade, que sofre com as externalidades provenientes da racionalidade econômica, tem um importante papel em denunciar as “irracionalidades” do modelo, cabe discutir como esse processo foi construído ao longo do século XX. Utilizaremos a ideia de esfera pública de Habermas como forma de contestar a “colonização do mundo da vida” e crítica ao isolamento dos sistemas.

Esfera Pública Ambiental: Contestando a Racionalidade Econômica e Gerando a Ideia de Sustentabilidade para as Organizações

McCormick (1992) afirma sobre o movimento ambientalista que “... o movimento não começou num país para depois espalhar-se em outro; emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes” (p. 21).

Harvey (2002) destaca que a década de 1960, mais precisamente o ano de 1968, é marcada pela contestação social do modelo de vida adotado, quando um movimento de contracultura é desencadeado. Esse movimento vem a refletir sobre os desdobramentos que o projeto de modernidade desencadeou na sociedade moderna. Uma das principais reflexões realizadas é a percepção das “irracionalidades” que a racionalidade moderna gerou; entre elas podemos destacar o problema global da degradação ambiental e social.

Gorz (2007) apresenta sua explicação para essa ocorrência:

Aquilo que “pós-modernos” designam como fim da modernidade e crise da Razão é na verdade, a crise dos conteúdos irracionais, quase religiosos, sobre os quais se edificou essa racionalização seletiva e particular que é o industrialismo, portador de uma concepção do universo e de uma visão do futuro doravante insustentáveis (p. 13).

Leis (1999) destaca que o novo cenário mundial, desencadeado pelas críticas ao modelo adotado na modernidade, acaba por influenciar inúmeros campos da humanidade, como a sociedade, o Estado e o mercado (organizações). Alguns segmentos da sociedade iniciam um processo de reflexão sobre a relação entre a sociedade e o meio ambiente, quando inúmeras organizações (ambientalistas, feministas, entre outras) são formadas para contestar o modelo atual e reivindicar alternativas.

Tais reivindicações chegam ao Estado, que inicia um processo de internalização dessas reivindicações e passa a adotar medidas por meio de políticas e legislações. O mercado, por se relacionar diretamente com esses outros segmentos (sociedade e Estado), além de perceber a relação entrópica do seu modelo de produção, acaba aderindo a ações de sustentabilidade, com vistas a manter a sua sustentabilidade econômica.

Percebemos que a ideia de esfera pública nos remete a um local de discussão, onde demandas da esfera privada passam a ser debatidas publicamente e se gera uma opinião pública sobre o assunto debatido. A percepção sobre a “insustentabilidade” do padrão imposto pela racionalidade econômica, principalmente no que tange aos problemas ambientais, foi construída por meio de discussões que utilizaram a esfera pública focada na temática ambiental.

De acordo com Habermas (1997), a “periferia”, ou agentes externos ao sistema, possui uma maior sensibilidade que os sistemas não possuem, pois sofreram mais facilmente os impactos da adversidade. O autor destaca o papel dos cientistas, intelectuais e sociedade civil, um papel fundamental de denunciar e tornar públicos esses problemas.

De acordo com McCormick (1992), a saída da fase “estética” para um momento mais radical da discussão dos problemas ambientais tem como propulsores:

1. Os efeitos colaterais do crescimento econômico: a sociedade passa a sentir as externalidades provenientes do crescimento econômico desenfreado, como aumento da poluição e perda da biodiversidade, ocasionando na redução da qualidade de vida.
2. Os testes atômicos: a percepção de que a Terra pode ser destruída, as imagens vinculadas da destruição de Hiroshima passam a sensibilizar a sociedade.
3. O livro *Silent Spring*, de Rachel Carson, que relata os problemas ambientais oriundos do uso indiscriminado de defensivos agrícolas.
4. Inúmeros desastres ambientais: muitos desastres passam a ser noticiados, impulsionando a formação de uma opinião pública sobre o tema.
5. Avanços no conhecimento científico: os desenvolvimentos tecnológicos possibilitaram avaliar com maior precisão os problemas ambientais vivenciados.
6. A influência de outros movimentos sociais: a afluência de movimentos sociais intensificou o “clima de ativismo público”, o que possibilitou que as discussões envolvendo o debate ambientalista se tornasse mais forte.

Diante deste fato passam a trazer as preocupações de sua esfera privada para o debate na esfera pública. Esse processo inicia um espaço que podemos denominar de “esfera pública ambiental”, que são ambientes onde são discutidos os problemas socioambientais gerados pelas “irracionalidades” da racionalidade econômica.

Cabe ressaltar que esse movimento de contestação da racionalidade econômica que se inicia é diversificado, atingindo diversos segmentos e com várias reivindicações. Entre elas Leis (1999) destaca: a ecologia, a justiça social, a democracia e a não violência. Porém, faremos um recorte metodológico, enfatizando a questão ecológica do debate.

Com o entendimento de que a sociedade corre “perigo”, acaba-se por gerar uma opinião pública em que os problemas ambientais são percebidos. Essa sensibilização criou demandas para outros setores da sociedade como o científico e o político.

A criação do Clube de Roma, associação fundada em 1968 com o objetivo de pesquisar os componentes políticos, econômicos, naturais e sociais interdependentes do sistema global, lança em 1972 um relatório intitulado de Limites do Crescimento. O documento apontava para o perigo da manutenção do modelo de crescimento econômico adotado. Neste relatório há uma severa crítica à racionalidade econômica, que não reconhece os limites impostos pelo ambiente natural e social (McCormick, 1992).

A publicação deste relatório foi realizada no mesmo ano em que houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Tal conferência, ocorrida em Estocolmo, serviu para discutir, politicamente, as problemáticas enfrentadas pelo Meio Ambiente, em decorrência dos efeitos negativos da racionalidade econômica.

Nos preparativos desta conferência, Sachs (2000) destaca que existiam duas correntes antagônicas: os que viam abundância de recursos (*the cornucopians*) e os “catastrofistas” ou “zeristas” (*doomsayers*). Os primeiros, formados basicamente por países “em desenvolvimento”, acreditavam que os recursos naturais eram abundantes e as preocupações com o meio ambiente eram interpretadas como um fator inibidor de crescimento econômico. Para a segunda corrente estavam aqueles que acreditavam na exaustão dos recursos naturais devido ao crescimento demográfico e econômico, ou seja, as sociedades do mundo “desenvolvido” ou do Norte, pois já sentiam os efeitos da problemática ambiental.

Esse antagonismo nas visões marca o desenrolar da Conferência, em que os países “em desenvolvimento” reivindicavam seu crescimento econômico, tendo em vista os problemas sociais que possuíam. Eles acreditavam que o debate da problemática ambiental mascarava uma preocupação econômica dos países “desenvolvidos”. Os do Norte, sentindo uma maior pressão de sua sociedade, queriam estagnar o crescimento. Essa visão é percebida a partir de uma citação de Viola (1986) em que fica clara a posição do governo brasileiro durante o evento:

A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios em jornais e revistas do primeiro-mundo convidando as indústrias poluidoras a transferirem-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente, a delegação brasileira na Conferência Internacional de Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear a ascensão dos países em desenvolvimento (p. 20).

Segundo McCormick (1992), a Conferência de Estocolmo foi o acontecimento que mais influenciou na evolução do movimento ambientalista internacional. Houve uma ampliação do campo discursivo, que deixou de ser limitado à proteção da natureza, para compreender que a problemática está localizada na forma errônea de como a humanidade se utiliza dos recursos naturais. Esta forma errônea decorre, sem dúvida, da limitação que a racionalidade econômica impõe.

Paralelamente às discussões da Conferência de Estocolmo, tinha-se o debate entre “crescer” e “não crescer”. Diante deste fato surgiu, na década de 70, uma tentativa conciliadora ou uma alternativa ao “caminho destrutivo”: o ecodesenvolvimento.

A crise gerada pela racionalidade econômica acaba por requerer formas alternativas de promover o desenvolvimento da sociedade. A nova forma de propor o desenvolvimento tem como base a multidimensionalidade (social, ambiental, econômica, cultural e espacial), além do respeito às especificidades locais. O ecodesenvolvimento assume uma postura de “filosofia do desenvolvimento”, pois ele busca considerar variáveis que até então não eram incluídas no planejamento do desenvolvimento (Sachs, 2007).

Essa ideia, elaborada primeiramente pelo ecodesenvolvimento, de harmonização dos fatores de produção com as outras dimensões possibilitou que um novo modelo de desenvolvimento econômico fosse pensado. Isso se deu a partir da década de 1980, com o

lançamento do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMUMAD), em que o novo modelo de desenvolvimento ganhou a denominação de “Desenvolvimento Sustentável”.

A definição desta nova forma de desenvolvimento é percebida como “.... aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMUMAD], 1991, p. 46).

Essa nova percepção de desenvolvimento introduz uma questão até então não presente na discussão do sistema capitalista, ou seja, a temporalidade. Esse fato já introduz um ponto de crítica à limitação contida na visão de curto prazo da racionalidade econômica.

O “Desenvolvimento Sustentável” tem como pontos básicos de atuação agir em três dimensões: social, ou seja, proporcionar uma melhor qualidade de vida às populações, prudência ecológica, que se concretiza no uso racional dos recursos naturais e, por fim, o econômico, que ambas as ações descritas anteriormente mantenham o crescimento econômico (CMUMAD, 1991).

Essa nova percepção de que a dimensão ambiental deve ser considerada, iniciada por meio das discussões nas esferas públicas ambientais, acabou por penetrar nas esferas privadas do campo político e do mercado. Tal fato resulta em novas concepções e desafios para os respectivos campos.

Entretanto, Leff (2000) destaca que essas medidas são uma tentativa de internalizar as externalidades que a racionalidade econômica desenvolveu, ou seja, introduzir os limites do ambiente natural no processo de racionalização. Todavia, segundo o autor, não há críticas, por parte desta nova forma de desenvolvimento, ao modelo civilizatório adotado. Como também, a ideia de harmonização da ecologia é uma “refuncionalização” da racionalidade econômica, em que esta apenas reconhece o limite dos recursos ambientais e a influência que

tal fato proporciona na sua reprodução. Assim, a ideia proposta pelo “Desenvolvimento Sustentável” atribui um “delírio” e uma “inércia” incontrolável de crescimento econômico.

Outros autores identificam que o conceito de desenvolvimento sustentável é contraditório e de difícil assimilação prática (Misoczky & Bohm, 2012; Vizeu, Meneghetti, & Seifert, 2012; Faria, 2014; Eckert, 2015).

Todavia, o que cabe ao presente trabalho é identificar que seu surgimento, derivado da percepção dos problemas desencadeados pela racionalização econômica, possibilitou mudanças, tanto políticas quanto mercadológicas, como também serviu para denunciar os problemas desenvolvidos pelo desacoplamento da realidade existente no mundo da vida por parte dos sistemas.

As respostas para essas demandas geraram desafios para o Estado, mercado e, conseqüentemente, as organizações produtivas. A internalização da temática no ambiente do Estado pode ser visualizada no trabalho de Moura (2016), que analisa a evolução da política ambiental no Brasil.

O mercado também procurou se adaptar às novas demandas. A discussão sobre a sustentabilidade ambiental influenciou a criação de barreiras “não-tarifárias” ou “barreiras verdes” para a comercialização de produtos no mercado internacional (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos [CGEE], 2012; Motta, 2011).

De acordo com Leis (1999), a partir das décadas de 1980/90, o “Desenvolvimento Sustentável” foi adotado como modelo de gestão e atividade empresarial. Um exemplo deste fato foi a criação do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD), em 1990. O conselho elaborou um relatório, “Mudando o Rumo”, que propunha uma nova forma de o empresariado aderir ao novo modelo de desenvolvimento, modificando, desta forma, a postura do mercado perante sua interação com o ambiente natural.

A percepção de que as organizações, que têm suas ações baseadas em uma racionalidade econômica, passam a perceber os possíveis prejuízos que a manutenção dessas ações desencadeia para sua existência, o que acaba por gerar algumas reflexões.

Egri e Pinfield (1996) mostram que a degradação ambiental só se torna relevante para as organizações no momento em que interfere na sua performance. Isso mostra que a redução das fontes de *inputs*, como também modificações no mercado, influenciam e solicitam adaptações das organizações para que elas possam manter-se ativas.

Há uma mudança também junto aos consumidores, pois tem-se, a partir das discussões na esfera pública, a criação de uma opinião pública sobre os problemas ambientais e isto reflete no surgimento dos “consumidores verdes”.

Portilho define essa tipologia de consumidores da seguinte forma: “... aquele que, além da variável qualidade/preço, inclui em seu “poder de escolha”, a variável ambiental, preferindo produtos que não agridam, ou são percebidos como não agredindo o meio ambiente” (Portilho, 2004, p. 4).

Por fim, as discussões sobre a problemática ambiental realizadas numa esfera pública acabam por provocar modificações no sistema Estado e mercado. Esse fato traz demandas para as esferas privadas desses sistemas e promove a exigência de uma nova postura das organizações empresariais. Essa postura visa tornar seu modelo produtivo “menos impactante” para o ambiente natural, tendo em vista o reconhecimento do poder autodestrutivo da manutenção do modelo anterior.

Administração da Sustentabilidade Ambiental nas Organizações

A discussão sobre sustentabilidade emerge como resposta aos problemas socioambientais vivenciados pela sociedade contemporânea. Tem como fato propulsor a crise da racionalidade econômica, que mostra os “efeitos negativos” de sua percepção limitada da realidade

complexa do mundo da vida. A partir da contestação, tem-se a ideia de uma nova forma de interação e que esta, por sua vez, seja sustentável ou durável.

Cabe destacar que a discussão sobre sustentabilidade é abrangente e engloba diversas dimensões (ambiental, ecológica, social, cultural, espacial e econômica). Entretanto, devido às delimitações metodológicas do presente trabalho, será enfatizada a dimensão ambiental da ideia de sustentabilidade.

Por sustentabilidade ambiental ou ecológica entende-se a preocupação de reduzir os impactos das ações antrópicas sobre o ambiente natural. Tal redução ocorre pelo respeito à capacidade de carga ou *resiliência* do ambiente natural.

Sachs (2000), por sua vez, define a sustentabilidade ambiental da seguinte forma: “.... respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais” (p. 86).

Montibeller-Filho (2008) destaca que o objetivo da sustentabilidade ambiental é melhorar a qualidade ambiental e preservar as fontes de recursos naturais. Essa preocupação deriva das características intrínsecas ao ambiente natural.

O ambiente natural (recursos hídricos, solo, fauna e flora) tem seu desenvolvimento baseado em um padrão complexo-sistêmico ou autoeco-organizador, em que há dentro de si inúmeros outros subsistemas, que são interdependentes e estão interligados.

Vieira, Berkes e Seixas (2005) afirmam que os sistemas de padrão complexo-sistêmico, que é característico do sistema ambiental, organizam-se internamente por meio da interação entre seus subsistemas, visando ao equilíbrio. Essa organização se dá no sentido de que, quando há alteração em um subsistema, pelo fato de estarem interligados, ocorre alteração nos demais, o que dá início a um processo de reestruturação com tendências ao equilíbrio de todos os subsistemas. Contudo, o processo de reestruturação, ou melhor, a capacidade de adaptação às interferências e modificações não é infinita. Os autores destacam que essa

capacidade é denominada *resiliência*, ou seja, o grau de plasticidade que o sistema possui para se reorganizar devido a modificações ou interferências em seus subsistemas.

A ideia de sustentabilidade ambiental, que emerge das discussões na esfera pública ambiental, demandou modificações para as organizações empresariais. Essas, por sua vez, tiveram que promover em suas esferas privadas a questão da sustentabilidade ambiental. A internalização, no ambiente privado das organizações, da sustentabilidade ambiental gera o que denominaremos de administração da sustentabilidade ambiental (ASA).

A administração da sustentabilidade ambiental parte da necessidade de mudança da interação Sistema Produtivo x Ambiente Natural. Tal mudança visa gerar equilíbrio no grau de influência, respeitando com isso os padrões e graus de resiliência de ambos os sistemas. Ambos, pois o sistema produtivo também tem sua resiliência, tendo em vista que ele se adapta (inova) às mudanças provenientes do seu meio, ou seja, o ambiente natural que gera suas fontes de *input*. O problema é que a escassez dos recursos, originada da entropia ou degradação do ambiente natural, acaba por comprometer a reprodução do sistema produtivo.

De acordo com Maimon (1996), a criação da área de meio ambiente dentro do contexto organizacional está inicialmente atrelada ao sistema de produção. Posteriormente, essa nova função passa a ser denominada de Gestão Ambiental e passa fazer parte do contexto geral da organização.

Para Epelbaum (2004), a Administração da Sustentabilidade Ambiental é percebida como um segmento da gestão empresarial que se preocupa com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e redução dos impactos ambientais oriundos de suas atividades. Araújo (2001) percebe-a como “... um conjunto de medidas e procedimentos definidos e aplicados que visam reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente” (p. 33).

A partir dessas definições pode-se perceber que a Gestão Ambiental procura, por meio de ações integradas com os mais variados ambientes da organização, reduzir e/ou minimizar os impactos ao meio ambiente provocados pela execução de suas atividades, assim como se adaptar às novas demandas impostas pelo Estado e o mercado.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) destacam que, no ambiente interno da organização, existem várias áreas que possuem funções específicas e que, para a realização dos objetivos organizacionais, devem estar interligados. Os autores afirmam que a implementação da administração da sustentabilidade ambiental acaba por interagir com todas essas áreas da organização.

As áreas, destacadas pelos autores e as interações que a ASA causa durante sua implantação e execução são:

- **Alta direção:** deve ter aprovação e o apoio necessário para a sua implantação.
- **Marketing:** por meio do marketing ambiental deve-se avaliar as reais necessidades dos consumidores, como também auxiliar no projeto de produtos que reduzam os impactos no meio ambiente.
- **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D):** desenvolver os processos de P&D, tendo como base as ações de preservação ambiental ou redução dos impactos gerados.
- **Compras:** avaliar o padrão de sustentabilidade das matérias-primas adotadas no sistema produtivo, como também avaliar a sustentabilidade dos fornecedores.
- **Produção:** implantar processos produtivos que reduzam os impactos no meio ambiente. Essas ações podem ser por meio das práticas *end-of-pipe* ou de prevenção da poluição.
- **Finanças:** avaliar os investimentos, as receitas e as despesas que estão ligadas à implantação e execução da gestão ambiental. Outro ponto relacionado a finanças é a contabilidade e o balanço socioambiental.

• **Recursos Humanos:** é responsável pela capacitação e formação da consciência ambiental nos funcionários da organização. Tem grande importância porque, para a realização efetiva de uma gestão ambiental, as pessoas que fazem a organização devem estar integradas às filosofias e aos objetivos que a nova forma de gestão preconiza.

A inserção da questão ambiental dentro do sistema organizacional demanda modificações nas diversas áreas que compõem o ambiente interno da organização. Há a necessidade de um rearranjo e modificações nas diversas áreas internas, visando a uma nova configuração organizacional, que promova as adaptações necessárias à realização da ASA. Essas modificações podem ser percebidas empiricamente nos trabalhos de Lima e Lima (2015), Lima (2016), Machado Júnior, Souza, Parisotto e Barbieri (2012) e Matos e Schommer (2013).

Os mecanismos adotados para a prática da administração da sustentabilidade ambiental resultam em desafios para as organizações empresariais. Os desafios organizacionais podem ser interpretados sob três correntes: as legislações que o Estado impõe, o mercado que demanda produtos com qualidade ambiental e o próprio sistema produtivo que deve se reestruturar, minimizando a ação entrópica dos impactos ambientais decorrentes da atividade.

Por fim, podemos verificar que a sustentabilidade ambiental das organizações envolve mecanismos que visam dar sustentabilidade a suas operações, principalmente nas organizações industriais, que necessitam dos recursos naturais para iniciar o processo produtivo.

Também não podemos deixar de enfatizar que, ao internalizar a variável ambiental, as organizações acabam por dar respostas às “vozes” que discutem na esfera pública ambiental, assim como no mundo da vida existente fora do sistema organizacional.

Considerações Finais

A administração da sustentabilidade ambiental dentro do ambiente organizacional foi a chave encontrada pelas organizações para dar respostas às demandas do ambiente externo, como as novas legislações, mercado consumidor e a competição do mercado.

Vimos que o caminho percorrido para se chegar a essa modificação não foi rápido e muito menos partiu do próprio sistema organizacional. Tais modificações foram provocadas pelos debates realizados na Esfera Pública Ambiental. A importância da construção deste debate foi fundamental para o amadurecimento da ideia e, principalmente, a imensa publicidade dessa problemática.

Um fato buscado por este trabalho foi problematizar a questão das limitações de percepção que os sistemas (organizações) possuem e que são agravadas pela racionalidade econômica dominante. Tal fato acaba por gerar uma miopia que compromete a sobrevivência do próprio sistema organizacional, que não compreende as mudanças/demandas provenientes do ambiente externo. As críticas habermasianas ao funcionalismo sistêmico demonstra de forma clara essas limitações.

Entretanto, para trabalhos futuros pode-se vislumbrar análises que busquem evidenciar, por meio de uma visão crítica, algumas “distorções comunicativas” ou *greenwashing* provocadas pelas organizações no que diz respeito à Administração da Sustentabilidade Ambiental, em que elas passam a “agir estrategicamente” com os seus ambientes, buscando manipulá-los.

Por fim, espera-se que as discussões geradas no presente trabalho possam contribuir para as análises realizadas nas relações entre meio ambiente e as organizações produtivas, assim como indicar a necessidade de ampliação comunicativa das organizações para um melhor entendimento do ambiente em que estão inseridas.

Referências

- Análise Editorial. (2013). *Análise gestão ambiental – 2013/2014*. São Paulo: Plural Editora.
- Araújo, R. M. S. de. (2001). *Análise da gestão ambiental em empresas agroindustriais de usinas de açúcar e álcool no Mato Grosso do Sul*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Berardi, P. C., & Brito, R. P. de (2013). Motivadores da gestão ambiental em empresas brasileiras: o papel dos stakeholders. In *Anais do 6 Encontro de Estudos em Estratégias*. Bento Gonçalves, RS, Brasil.
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos [CGEE]. (2012). *Economia verde para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: CGEE.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMUMAD]. (1991). *Nosso futuro comum*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Eckert, D. (2015). A Contradição da Economia Verde. In *Anais do 39 Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Egri, C. P., & Pinfield, L. T. (1996). Organizations and the Biosphere: Ecologies and environments. In S. Clegg, C. Hardy, & W. R. Nord. *Handbook of organization studies* (pp. 459-482). London: Sage.
- Epelbaum, M. (2004). *A influência da gestão ambiental na competitividade e no sucesso empresarial*. Dissertação de mestrado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Faria, J. H. de. (2014). Por uma teoria crítica da sustentabilidade. *Organizações e Sustentabilidade*, 2(1), 2-25.
- Georgescu-Roegen, N. (1971). *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press.

- Gorz, A. (2007). *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica* (2a ed.). São Paulo: Annablume.
- Habermas, J. (1987). *Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalidad social*. Madrid: Taurus.
- Habermas, J. (1992). *Teoría de la acción comunicativa, II: crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre faticidade e validade* (v. 2). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2004). *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola.
- Habermas, J. (2015). *A nova obscuridade*. São Paulo: Unesp.
- Harvey, D. (2002). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (11a ed.). São Paulo: Loyola.
- Hobsbawn, E. J. (2014). *A era das revoluções: 1789 - 1848* (33a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lauriano, L. A., Bueno, J. H., & Spitzneck, H. (2014). *Estado da gestão para sustentabilidade nas empresas brasileiras - 2014*. Nova Lima, MG: FDC Núcleo de Sustentabilidade. Recuperado em <https://www.fdc.org.br/professoresepesquisa/publicacoes/Paginas/publicacao-detalhe.aspx?publicacao=18440>.
- Leff, E. (2000). *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau, SC: Edifurb.
- Leis, H. R. (1999). *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Florianópolis, SC: Edufsc.
- Lima, J. R. T., & Lima, C. R. M. De. (2015). Discurso, complexidade e sustentabilidade ambiental em organizações. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 1(2), 56-78.

- Lima, J. R. T. (2016). A internalização da sustentabilidade ambiental em um sistema organizacional: uma visão a partir da perspectiva teórica de Niklas Luhmann. In *Anais do 9 Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD*. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Lima, J. R. T., Cunha, N. C. V. da, & Lira, T. K. da S. (2010). A gestão ambiental e os benefícios econômicos: um estudo de caso da usina Coruripe Matriz. *Revista de Negócios*, 15(29), 29-44.
- Lipietz, A. (1991). *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel.
- Lubenow, J. A. (2007). A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. *Cadernos de Ética e Filosofia Política da USP*, 10, 103-123.
- Luhmann, N. (1989). *Ecological communication*. Chicago: Polity Press.
- Luhmann, N. (2007). *La sociedad de la sociedad*. Ciudad de México: Editora Herder.
- Machado Júnior, C., Souza, M. T. S. de, Parisotto, I. R. dos S., & Barbieri, J. C. (2012). A incorporação da gestão ambiental na estrutura organizacional. *Análise*, 23(2), 140-154.
- Maimon, D. (1996). *Passaporte verde: gestão ambiental e competitividade*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Matos, T. G. C. R. de, & Schommer, P. C. (2013). Gestão ambiental e mudança organizacional: um estudo longitudinal (1971-2009) em uma companhia de saneamento brasileira. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 7(2), 20-36.
- Mccormick, J. (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332.

- Misoczky, M. C., & Böhm, S. (2012). Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. *Cadernos Ebape.br*, 10(3), 546-568.
- Montibeller-Filho, G. (2008). *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias* (3a ed.). Florianópolis: Edufsc.
- Motta, R. S. da. (2011). Barreiras comerciais nas políticas de regulação de gases de efeito estufa. In R. S. da Motta, J. Hargrave, & Luedemann, G. (Ed.). *Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios* (pp. 211-232). Brasília: IPEA.
- Moura, A. M. M. de (2016). Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In A. M. M. de Moura (Org.). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas* (pp. 13-43). Brasília: IPEA.
- Nascimento, L. F., Lemos, A. D. da C., & Mello, M. C. de (2008). *Gestão socioambiental estratégica*. Porto Alegre: Bookman.
- O'connor, J. (1991). On the two contradictions of capitalism: theoretcal note. *Capitalism, Nature, Socialism*, 3(2), 107-110.
- Polanyi, K. (2012). *A grande transformação: as origens de nossa época*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- Porter, M. E., & Linde, C. V. der. (1995). Verde e competitivo: acabando com o impasse. In M. E. Porter. *Competição – on competition: estratégias competitivas essenciais* (2a ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- Portilho, F. (2004). Consumo verde, consumo sustentável e a ambientalização dos consumidores. In *Anais do 2 Encontro nacional da ANPPAS*, Indaiatuba, SP, Brasil. Recuperado em <http://www.anppas.org.br>.
- Sachs, I. (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs, I. (2007). *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.

Vieira, P. F., Berkes, F., & Seixas, C. S. (2005). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: SECCO, APED.

Viola, E. J. (1986). O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In *Anais do 10 Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Campos do Jordão, SP, Brasil.
Recuperado em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm

Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos Ebape.br*, 10(3), 569-583.